NOTAS E TRANSCRIÇÕES

REPASSES HISTÓRICOS(*)

CARLOS STUDART FILHO

A história das pesquisas históricas em nossa terra pode, conforme tôda gente sabe, ser dividida em dois períodos bem distintos: o anterior à fundação do Instituto do Ceará — tentame glorioso levado a efeito, em 4 de março de 1887, por um grupo de intelectuais compatrícios — e o que vai daquela data até aos nossos dias.

Criado para realizar indagações em vários ramos do saber humano — história, geografia, ciências e letras, em geral, o Instituto dirigiu, porém, de preferência, as suas atividades no sentido de incentivar a elaboração de trabalhos de cunho histórico, e, dêsse modo, pôde, graças ao labor profícuo do Barão de Studart, Paulino Nogueira, Perdigão de Oliveira, Antônio Bezerra e outros beneméritos das nossas letras, construir, modesta, mas seguramente, a história do Ceará em suas linhas mestras.

Reorganizado, em 1928, coube-lhe, daí por diante, também o mérito de despertar, entre novos associados, o gôsto pelo estudo e análise dos documentos e pelas velhas crônicas que guardam a memória do nosso passado tão cheio de pequenos episódios heróicos.

Assim, encaminhou para o domínio da história, torcendo-lhes os antigos pendores, muitos letrados cearenses que já haviam deixado rastos luminosos em sua trajetória através de vários outros setores da cultura brasileira. Tal sucedeu, por exemplo, ao engenheiro e geógrafo Thomás Pompeu Sobrinho que, depois de perlustrar com brilho os campos da linguística e da etnografia, viria a escrever monografias do valor de "Proto-história Cearense", "Povoamento do Nordeste Brasileira", etc.; ao bacharel Hugo Vítor, o narrador consciencioso, embora leve, dos fastos da nossa cidade; ao sociólogo Joaquim Alves que nos daria a "História das Sêcas"; ao civilista Dolor Barreira, artífice desta obra, segura e perene, que é a "História da Literatura Cearense"; aos professores universitários Mozart Soriano Aderaldo, a cuja admirável capacidade de trabalho tanto deve o Instituto, e Antônio Martins Filho, autor de "Subsídio para a história da região sul-cearense". "Vítimas" da ambiência amolgante do Instituto do Ceará foram ainda os economistas José Bonifácio de Sousa, agora pesquisador emérito nos domínios da bio-bibliografia e que deu a lume um interessante estudo sôbre a "Formação Histórica do Comércio Cearense", e Raimundo Girão a quem cabe hoje,

(*) — *Publicado em "O Estado", de Fortaleza, de 9 de janeiro de* 1955.

de direito, o título de cronista-mor do Ceará, dando-se à palavra cronista seu velho e bom sentido português. Há também que incluir nesta relação a Leonardo Mota, folclorista que passou a historiador da igreja no Ceará.

Pondo aqui em relêvo a influência exercida pelo Instituto como "torcedor de vocações" — fato deixado até agora no esquecimento pelos que se têm ocupado da vida dêsse sodalício — e visando, com isso, a deixar assinalado o grande papel que êle continua a desempenhar na elaboração da verdadeira história regional cearense a ela trazendo o concurso de novos valores, não caberia, é natural, mencionar nomes como os de Eusébio de Sousa e Misael Gomes, historiadores já consagrados antes mesmo de ingressarem na casa do Barão de Studart, nem falar de Martinz de Aguiar, Clodoaldo Pinto, Abner de Vasconcelos, Soares Bulcão, Fran Martins, Andrade Furtado, Luís Sucupira, Florival Seraine, Francisco Alves de Andrade e de tantos outros mestres consagrados no domínio de suas especialidades mas que a elas permaneceram inteiramente fiéis mesmo dentro do Instituto.

* * *

O primeiro período da historiografia cearense, ou seja, o anterior à fundação do Instituto do Ceará, é a fase dos esforços isolados, das atividades dispersas.

Surgem, então, no cenário cultural da Província e se destacam no afã de tirar da obscuridade os acontecimentos aqui desenrolados, o francês Pedro Théberge que, trabalhando no Icó, nos daria, publicado em primeira mão pelo "Diário de Parnambuco", o "Esbôço histórico sôbre a Província do Ceará", e Tristão de Alencar Araripe — que, embora se tenha afastado cedo da terra do bêrço, escreveu a "História da Província do Ceará desde os tempos mais primitivos até 1850" (tip. Jornal do Comércio, 1867).

Nesse período deve incluir-se, outrossim, o jornalista fluminense João Brígido dos Santos. Transmigrado para o Crato, impregnou-se desde logo "do sentimento local da terra e da gente", publicando, em 1861, os "Apontamentos para a história do Cariri" e outros trabalhos de igual finalidade. É atualmente dos três autores o mais lido e citado, dentro e fora do Estado, apesar de não ser êle, quase sempre, o mais autorizado.

Como quer que seja, todos trabalharam numa terra por assim dizer-se virgem, que a historiografia cearense — conforme já o disse sensatamente José Honório Rodrigues, — nasce na década de 1850-1860. Não dispondo, além disso, êsses pesquisadores, de uma documentação abundante e segura para esclarecer uma série de questões atinentes ao problema de nossa formação, tiveram de se socorrer, com uma freqüência maior do que seria para desejar-se, da tradição oral ou escrita e servir-se de escritores mais antigos, considerados, na época, fontes idôneas da história cearense. Dêsse modo, embora suas obras representem uma boa contribuição ao conhecimento do nosso passado e possam, sob certos aspectos, prestar assinalados serviços aos que modernamente o estudam, não devem ser compulsadas e seguidas de maneira despreocupada, mòrmente na parte que se refere às datas e acontecimentos ligados aos primórdios de nossa evolução social.

"Outrora, é o próprio conselheiro Alencar Araripe quem o afirma, em carta de 8 de setembro de 1895, ao diretor da "Revista do Instituto do Ceará", bem minguados de informações eram os fatos históricos do nosso Estado". E acrescenta: "Em 1874 quando comecei a fazer investigações sôbre os antigos sucessos de nossa terra, tal era a deficiência de notícias acêrca de tais sucessos que nem a lista dos capitães-mores e governadores da primitiva época colonial do Ceará possuíamos..."

* * *

Aliás, o esquecimento dos fatos apontados tem levado escritores dos mais esclarecidos a enganos lamentáveis. Agora mesmo, o ilustre polígrafo Dr. Gustavo Barroso, sócio correspondente do nosso Instituto e membro dos mais destacados da Academia Brasileira de Letras, tratando, em artigo para o semanário "O Cruzeiro", da "Primeira Capital do Ceará", avança, tomando por base Araripe, Catunda e João Brígido, as proposições seguintes: — Nesse tempo, (no Govêrno de Manuel Francês) dominavam os sertões cearenses dois grandes fazendeiros, criadores de gado, proprietários de vastíssimos latifúndios, e senhores patriarcas e feudais, que se inimizaram por questões de terras e de família dando origem a uma luta de clã, que durou mais de cem anos e se tornou famosa na história do cangaceirismo nordestino. Eram GERALDO DO MONTE, dos Orós, e LOURENÇO ALVES FEITOSA, dos Inhamuns. Cada um dêles comandava, além de dezenas de acostados, tribos inteiras de índios semi-civilizados, VERDADEIROS exércitos sustentados à sua custa.. Monte chefiava os Carius; Feitosa, os Jucás. As conseqüências dos embates sangrentos dessa verdadeira guerra, chamada dos Montes e Feitosas, chegaram quase aos nossos dias. O Ouvidor Tubarão tomou partido decidido pelos Feitosas, o que levou os Montes a atacá-lo, quando quis demarcar terras no sertão, chegando sua ousadia a assaltar a vila do Aquirás, em 1727. A refrega foi dura, ficando 30 cadáveres estendidos na areia quente dos tabuleiros. O magistrado, em pânico, correu a refugiar-se longe no povoado marítimo do Acaraú, onde êsses cruéis inimigos o não podiam atingir".

Agora vejamos os trechos da "História" de Araripe, pág. 115; de que se serviu o ilustre homem de letras.

— "Por êsse tempo, nos sertões batiam-se ferozmente duas famílias que procuravam aniquilar-se: eram essas famílias a dos Feitosas, dirigida pelo principal delas, Francisco Alves Feitosa, e dos Montes, Capitaneada por Geraldo do Monte. Veio êste ouvidor (Mendes Machado) ao Cariri e determinou a prisão dos Montes pelo Capitão João Ferreira da Fonseca, o qual reunido aos sequases de Francisco Alves, vindo do Inhamuns com 800 indígenas Jenipapos, começou em maio de 1724 a praticar inauditas violências..."

"O ouvidor acabou por fugir para Acaraú", escreve, por sua vez, João Brígido, em "Resumo da História do Ceará", pág. 23.

Conforme já tivemos ocasião de afirmar, contestando afirmativas semelhantes saídas da pena do saudoso escritor Walter Pompeu, os cabeças da família Monte, na ocasião da memorável luta sertaneja, eram Antônio Mendes Lobato e Manuel de Sousa Barbalho. O grupo dos Feitosas obedecia, por sua vez, aos potentados matutos Coronel João da Fonseca Ferreira, Coronel Francisco Alves Feitosa, alferes de cavalaria Lourenço Alves Feitosa e Antônio Sousa Goulart.

É esta, pelo menos, a opinião do Barão de Studart, o mestre de todos nós. Cabe notar, repetimos aqui mais uma vez, que a narrativa das cruentes rivalidades entre Montes e Feitosas é um dos muitos capítulos da cronologia cearense inteiramente remodelados por aquêle ilustre cearense. O estudo que publicou em 1896, a respeito dos sangrentos sucessos do Cariri, está baseado em 5 documentos autênticos e conservados até então inéditos.

Quando João Brígido, Théberge, Catunda, Araripe e Pompeu escreveram sôbre o mesmo assunto, o requerimento do juiz do povo Simão da Costa era a única peça documental de que dispunham, como meio ou fonte de conhecimento. Observemos ainda, sempre baseado no mestre cearense, que repontam dos trechos acima outros equívocos que estão a clamar pela mais formal contradita.

Assim, não constituiam verdadeiros exércitos os acompanhantes das duas parcialidades, como sustenta o senhor Gustavo Barroso, nem ascendia a 800 o número de indígenas Jenipado que seguiram a Lourenço Alves Feitosa e seu irmão, como pretende Araripe e com êle João Brígido, Théberge e Catunda. Eram apenas 80.

"Agregaram a si 80 tapuios da nação Jenipapo com granadeiras com que fixeram o número de 280 armas com as quais deferiu o requerimento com duas cargas serradas do som de caixa de guerra com que lhes mataram e feriram muitos homens...", afirma o requerimento do povo ao capitão-mor Manuel Francês.

Não houve também assalto algum à vila de Aquirás em 1727. O assédio, por ela sofrido, data de 1713 e foi levado a efeito pelos índios Paiacu, Anacé e Jaguaribara (Ver C. Studart Filho, "Notas sôbre os indígenas cearenses"). São, portanto, inteiramente do domínio da fantasia "os 30 cadáveres estendidos na areia quente dos tabuleiros" de que fala S.S.

Tampouco "o magistrado em pânico correu a refugiar-se longe no povoado marítimo do Acaraú". Êle "refugiu-se longe", é certo, mas em terras do Piaui. Referindo-se ao fato, diz o Barão de Studart: — "Louco seria êle se fôsse buscar asilo em Acarau". O ministro, reza o ofício de Manuel Francês a Valentim Calado por se ver com desigual poder se pôr em fuga com seus oficiais para fora da Capitania".

Em Acaraú, dizemos nós, esteve êle logo depois de deixar Aquirás tangido do receio das represálias do povo que tanto exacerbara com as suas violências e arbitrariedades.

Não é igualmente verdade que o ouvidor Mendes Machado tenha ido ao interior da capitania movido pela idéia de medir e demarcar as sesmarias ali concedidas. O intuito que levava ao deslocar-se no rumo do sertão era tirar devassas e fazer correição, o que realizaria de maneira muito pouco digna. "Armando correções, consigna um documento da época, pelas fazendas e currais dos moradores, tirando devassas particulares de cujas custas contava a cada culpado 80$000 para a sua alçada e dos seus oficiais, ainda que saíssem muitos culpados e uma e na devassa geral condenava os homens solteiros... Procedendo em tudo com poder desportivo e assulerado em tanto que na Aldeia dos Trambabés mandou assoitar por um cabo um homem fôrro sem culpa formado nem causa que justa fosse..."